



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

OFÍCIO Nº 55/2019 - G3P

Processo nº 1.531/2003.

Brasília-DF, 9 de julho de 2019.

Senhor Relator,

Foi encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC, denúncia relacionada a possível irregularidade na contratação de comissionados na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, em detrimento de servidores concursados.

A Denúncia dá conta que a CLDF ficou sem realizar concurso por mais de uma década, contando com uma defasagem enorme de servidores efetivos, cuja falta vem sendo suprida por servidores comissionados, consoante dados então extraídos do site da própria Jurisdicionada, realçando, inclusive, que o quantitativo de cargos comissionados, que deveria ser a exceção, é expressivamente maior que o número de efetivos, vislumbrando afronta ao artigo 37 da CF, bem como à Lei Orgânica do DF.

Ressalta, ainda, que muitos comissionados “*exercem funções restritas a concursados e não de direção, chefia e assessoramento*”. Enfatiza que há inúmeros aprovados em concurso no corrente exercício e que “*a CLDF não tem mais motivo para não preencher todas as vagas abertas com servidores efetivos*”.

Vale registrar, por oportuno, que, consoante veiculado no clipping de notícias de 08.07.2019, disponibilizado pela Assessoria de Imprensa do TCDF, a CLDF conta com expressivo gasto com servidores comissionados, em detrimento de concursados, conforme a seguir:

Perto de extrapolar gastos com salários, CLDF evita chamar concursados

*Em 2019, Casa pagou R\$ 129 milhões em proventos, sendo 30% para comissionados.
Excesso com folha ameaça quem passou no último certame*

Exmo. Senhor

Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal

NESTA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Fatia de quase 30% do que a Câmara Legislativa gasta com salários vai para o pagamento de funcionários de livre provimento, ou seja, aqueles trabalhadores normalmente indicados por parlamentares ou partidos. Entre janeiro e junho de 2019, a folha da Casa totalizou R\$ 129.137.559,62 com remunerações. Desse montante, R\$ 38.633.365,73 bancaram proventos de funcionários sem concurso público. Outros R\$ 3.555.641,51 foram empenhados na quitação de vencimentos de servidores requisitados de outros órgãos do Executivo local e federal.

A maior parte ainda é direcionada à remuneração integrantes efetivos do órgão: R\$ 86.948.352,38. O dispêndio do Legislativo local com salários é considerado o principal impeditivo para a convocação dos aprovados no último concurso. Atualmente, o parlamento distrital está a 0,01% de extrapolar os gastos com essa finalidade.

(...)

Tais desembolsos fizeram a chamada Casa do povo comprometer 1,52% da Receita Corrente Líquida (RCL) do DF com pessoal. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Câmara Legislativa entra no limite de alerta com 1,53% de empenho. Se ultrapassar o 1,62% da RCL, fica impedida de fazer novas contratações.

(...)

A pasta acredita ainda que mais funcionários efetivos deverão passar para a inatividade até dezembro. Sendo assim, o balanço de janeiro de 2020 resultará na possibilidade de convocação de aprovados para o órgão. Desde a realização do certame, em setembro de 2018, apenas quatro das 86 vagas foram preenchidas. Com a redução nos gastos com servidores, espera-se chamar entre 12 e 14 novos concursados.

(...)

Dessa forma, tendo em conta que se trata de matéria de competência do TCDF, e levando-se em conta que o **Processo nº 1.531/2003**, do relato de Vossa Excelência trata da apuração de fatos narrados pelo MPC/DF, consistente no “*excesso de servidores comissionados e não concursados na estrutura daquela Casa*”, em consonância com o Termo de Recomendação nº 21/2003 da lavra do MPDFT, o qual se encontra sobrestado pela Decisão nº 351/2012 até o Desfecho da ADI 4055-STF (conforme realçado no Memorando nº 58/2019-MPC/PG), encaminho-lhe a documentação ora referenciada, para conhecimento e adoção de providências que julgar pertinentes, pugnando pela autorização de juntada àquele feito, para apreciação pela Unidade Técnica competente.

Atenciosamente,

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador